Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Contexto operacional

#### (a) **Operações**

A Desenvix Energias Renováveis S.A. (a "Companhia") e suas controladas (conjuntamente "o Grupo"), com sede social em Florianópolis Santa Catarina, tem por atividade principal a participação no capital social de outras empresas nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica. O Grupo atua de maneira integrada atuando em todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários de rios, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, construção, até a operação de empreendimentos de geração e transmissão de energia.

O Grupo investe em empreendimentos de geração de energia elétrica por meio de (i) Usinas Hidrelétricas ("UHE"); (ii) Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCH"); (iii) Usinas Eólicas ("UEE"); (iv) Usinas Térmicas de Biomassa ("UTE"); e (v) Linhas de Transmissão ("LT").

A Companhia possui capacidade de geração instalada de 349 MW, compreendendo 15 empreendimentos em operação de geração de energia elétrica 100% renováveis.

Adicionalmente a Companhia participa com 25,5% em duas linhas de transmissão com 511 km de extensão. A companhia detém ainda 100% da Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ("Enex"), focada na prestação de serviços de O&M Operação e Manutenção para as plantas das empresas controladas e outras plantas de clientes do setor de energia.

Em 2014 ocorreram alguns eventos referente geração de energia que impactaram estas demonstrações, como o bom desempenho de geração das usinas do Complexo Eólico da Bahia que possibilitou o reconhecimento da receita acima da contratada. Por outro lado, apesar do bom desempenho de geração das usinas hidráulicas, o Grupo sofreu com o efeito da crise hidrológica brasileira, sendo impactada negativamente pelo ajuste GSF (Generation Scalling Factor), no valor de R\$ 40.000.

Ainda para o mesmo ano, foram adotadas pelo grupo ações para melhor utilização de recursos, impactando em redução significativa de custos e despesas.

A emissão dessas informações financeiras trimestrais foi autorizada pela Administração, em 20 de março de 2015.

#### (i) Empreendimentos em operação

O Grupo, por intermédio de empresas controladas, detém diversas autorizações e concessões para operação de empreendimentos em operação que incluem: Canacidade

			Capacidade	
Empresas	Fonte de Energia	Inicio das operações	instalada em MW	Vencimento contrato (autorização/concessão)
Esmeralda S.A.	PCH	23 de dezembro de 2006	22,2 MW	21 de dezembro de 2031
Santa Laura S.A.	PCH	1º de outubro de 2007	15 MW	27 de setembro de 2030
Santa Rosa S.A.	PCH	1º de julho de 2008	30 MW	31 de maio de 2031
Moinho S.A.	PCH	19 de setembro de 2011	13,7 MW	14 de agosto de 2038
Enercasa Energética S.A. (ii)	UTE	26 de outubro de 2011	33 MW	25 de fevereiro de 2044
Passos Maia Energética S.A	PCH	17 de fevereiro de 2012	25 MW	2 de março de 2034
Monel Monjolinho Energética S.A.	UHE	31 de agosto de 2009	74 MW	22 de abril de 2037
Dona Francisca Energética S.A.	UHE	05 de fevereiro de 2001	125 MW	28 de agosto de 2033
Ceran Cia. Energética Rio das Antas				-
(i)	UHE	29 de dezembro de 2004	360 MW	31 de dezembro de 2029
Macaúbas Energética S.A.	UEE	5 de julho de 2012	35,07 MW	16 de junho de 2045
Novo Horizonte Energética S.A.	UEE	5 de julho de 2012	30,06 MW	28 de julho de 2045
Seabra Energética S.A.	UEE	5 de julho de 2012	30,06 MW	28 de julho de 2045
Energen Energias Renováveis S.A.	UEE	28 de setembro de 2012	34,5 MW	05 de julho de 2045
Goiás Transmissão S.A.	LT	14 de novembro de 2013	500/230 KV	11 de junho de 2040
MGE Transmissão S.A.	LT	11 de agosto de 2014	500/230 KV	10 de julho de 2040

(i) A CERAN Cia. Energética Rio das Antas é a empresa responsável pela construção e operação do Complexo Energético Rio das Antas. A Companhia detém 5% deste empreendimento. O complexo é

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

formado pelas UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de julho. O projeto é operado pela CPFL Geração de Energia S.A.

(ii) A Enercasa Energética S.A, através do Despacho da ANEEL no 4.205, de 25 de outubro de 2011, obteve autorização para iniciar a sua operação comercial a partir de 26 de outubro de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora UG1 33.000 KW passou a estar disponível ao sistema. Entretanto por problemas com seu principal fornecedor de matéria prima para a geração de vapor a mesma está com sua operação paralisada desde dezembro de 2012.

### 2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme praticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

### 2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e ajustadas ao valor justo das propriedades para investimentos, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 3.

### (a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

### (b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

### (c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 01 de janeiro de 2014 não são relevantes para o Grupo.

### 2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

### (b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

### (c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

### (d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.11 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

### 2.3 Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

### 2.4 Apresentações de informações por segmentos

O grupo não elabora informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração, comercialização e operação e manutenção de ativos de geração de energia elétrica gerada por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita do Grupo nos anos de 2014 e de 2013.

### 2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudanca de valor.

### 2.6 Ativos financeiros

### 2.6.1 Classificação

A administração classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanco.

# (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

### (b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 2.5 e 2.7).

### (c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das outras categorias anteriores. Estes ativos financeiros são investimentos que estão apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

### 2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

### 2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 2.6.4 Impairment de ativos financeiros

### (a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

### (b) Ativos classificados como disponíveis para venda

Em caso de evidência objetiva de impairment, o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por impairment sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por impairment ter sido reconhecida no resultado, a perda por impairment é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por impairment reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 2.7 Instrumentos financeiros derivativos por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

### 2.8 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de: (i) suprimento de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras; (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento; (iii) serviços prestados de operação e manutenção (O&M). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos , as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

### 2.9 Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), imposto de renda e contribuição social, decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de carta de fiança bancária e seguros, apropriados *pro rata temporis* ao longo do prazo de cobertura da fiança.

### 2.10 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 9, estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo de concessão ou da autorização das usinas, quando aplicável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

Com relação aos bens reversíveis, incluindo os terrenos, no vencimento da concessão ou autorização, contabilizados no Ativo Imobilizado, a Companhia determinou seu valor residual como sendo zero.

### 2.11 Intangível

### (a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

### (b) Estudos de projeto

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Isto ocorre quando da aprovação pela ANEEL dos estudos para UHEs, formalizada através de Despachos ou Ofícios. Quando a Companhia tem assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia um ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, quando há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso.

No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo, estarem classificadas como prioritárias, ter a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro. Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a, ou considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Os gastos com pesquisa, quando incorridos, são reconhecidos como despesas no resultado.

### (c) Direito de concessão - uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão firmado pela Monel Monjolinho Energética S.A. com a ANEEL. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

### (d) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível (Nota 10).

### 2.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixo para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

### 2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

### 2.14 Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 2.15 Concessões a pagar

É registrado inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

### 2.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### Imposto de renda e contribuição social 2.17 corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Esses tributos são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

#### (a) Lucro real

São calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

#### **(b)** Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) estão comentados na Nota 21.

# 2.18 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

### 2.19 Capital Social

A companhia somente possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

### 2.20 Reconhecimento da receita

### (a) Venda de energia elétrica

As receitas de venda de serviços e do fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador.

No caso de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros, a receita, ou a recuperação de custos, é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos venham a ser percebido pela Companhia, fato esse que ocorrerá por ocasião do leilão de energia, quando a empresa vencedora, mediante previsão contratual, se obriga a pagar a Companhia pelos referidos estudos, dependendo ainda, em determinadas circunstâncias, da obtenção da licença ambiental prévia.

O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é utilizado para operacionalizar o compartilhamento dos riscos hidrológicos associados ao despacho centralizado, assegurando que todas as usinas recebam seus níveis de Garantia Física independente de seus níveis reais de produção de energia. O MRE realoca a energia produzida, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua Garantia Física para aquelas que geraram abaixo. O ajuste do MRE é apurado e informado ao final de cada ano pela Eletrobrás, sendo seu montante (receita ou custo) reconhecido contabilmente somente no encerramento do exercício social.

### (b) Contrato de Energia de Reserva – CER

As SPEs UEE Macaúbas, UEE Novo Horizonte e UEE Seabra firmaram em 9 de março de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

Pelo presente contrato as SPEs acima mencionadas se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh (R\$ 183,63 em 31/12/2014) atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

A SPE UEE Barra dos Coqueiros (Energen) firmou em 25 de novembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

Pelo presente contrato, a Energen se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 152,50/MWh (R\$ 200,04 em 31/12/2014), atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo –

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IPCA.

Para estes contratos é definido um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicado o ajuste, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá o equivalente a 70% do preço sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos a compensação ocorrerá no ano subsequente em que a diferença for apurada.

### (c) Venda de serviços

A empresa Enex, controlada do Grupo, presta serviços de Operação e Manutenção (O&M) de usinas de geração de energia do Grupo e de terceiros.

Esses serviços são prestados com base no tempo incorrido e no material utilizado ou, com base em contrato de preço fixo. A receita desta prestação de serviços é reconhecida na medida em que o serviço é prestado.

Os períodos dos contratos, geralmente, variam entre ano e até cinco anos.

### (d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

### (e) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

# 2.21 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 15 "Receita de Contratos com Clientes" Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 "Contratos de Construção", IAS 18 "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 10 de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

### 2.22 Benefícios a empregados

### (a) Participação nos lucros e bônus

O grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria, que leva em conta o resultado obtido no período.

O pagamento de Participações nos Lucros e Resultados (PLR) e bônus constituem a remuneração variável e são embasados no alcance das metas individuais e objetivos empresariais.

### 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### 3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

### (a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão das usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

# (b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo, com base em suas análises, não identificou necessidade de constituir nenhuma provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

#### (c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

#### Gestão de capital 4

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 podem ser assim sumariados:

		Controladora
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Total dos financiamentos (Nota 12) Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) Menos: aplicação financeira restrita (Nota 7)	142.867 159 11.170	174.305 3.225 13.202
Dívida líquida	131.538	157.878
Total do patrimônio líquido Total do capital	682.098 813.636	643.020 800.898
Índice de alavancagem financeira - %	16,17	19,71
		Consolidado
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Total dos financiamentos (Nota 12) Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) Menos: aplicação financeira restrita (Nota 7)	858.602 23.744 51.170	923.254 28.803 52.119
Dívida líquida	783.688	842.332

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total do patrimônio líquido	682.012	643.506
Total do capital	1.465.700	1.485.838
Índice de alavancagem financeira - %	53,47	56,69

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Caixa e equivalentes de caixa 5

		controladora_		Consolidado
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa e bancos Aplicações financeiras (i)	159	3.222	21.709 2.035	22.046 6.7 <u>5</u> 7
	159	3.225	23.744	28.803

(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundo de Renda Fixa, com rentabilidade referenciada no CDI em condições competitivas de mercado, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

#### Contas a receber 6

	C	<u>ontroladora</u>		Consolidado_
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Cliente - Fornecimento de energia elétrica (i) Clientes - Serviços terceiros (ii) Clientes - partes relacionadas (Nota 11)	1.307	1.246	48.723 4.988 275	29.148 2.892 372
Provisão para devedores duvidosos (iii) Total Ativo Circulante	(220) 1.087 1.087	(220) 1.026 1.026	(220) 53.766 30.452	(220) 32.192 24.177
Ativo não circulante			23.314	8.015

- (i) Os saldos mantidos à receber no ativo circulante estão representado pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do PROINFA, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias. Os saldos apresentados no ativo não circulante são exclusivamente referente a geração de energia excedente ao montante contratado pelo Contrato de Energia de Reserva (CER) mantido com a CCEE. O excedente até o limite de 130% do limite contratado é recebido ao final de cada quadriênio contratual, e o excedente acima de 130%, recebido ao final da apuração de cada ano contratual, em doze meses.
- O saldo de 31 de dezembro de 2014 (consolidado) corresponde a recebível da subsidiária Enex O&M (ii) de Sistema Elétricos Ltda.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2014, o saldo provisionado refere-se a 100% dos títulos em aberto da Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Aplicações financeiras restritas 7

Por força dos contratos de financiamento firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Moinho e da UHE Alzir dos Santos Antunes, e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") para o custeio das obras das Usinas Eólicas Novo Horizonte, Seabra e Macaúbas, as empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais acessórios, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (Nota 12).

As referidas aplicações foram realizadas no Banco Itaú S.A., Bradesco S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A., com rentabilidade referenciada no CDI.

As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

		Controladora
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
No início do exercício	13.202	4.938
Aplicações		7.616
Rendimentos	1.115	648
Resgates	(3.147)	
No final do exercício	11.170	13.202

		Consolidado
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
No início do exercício	52.119	40.023
Aplicações	24.878	17.401
Rendimentos	4.179	3.062
Resgates	(30.006)	(8.367)
No final do exercício	51.170	52.119

#### 8 **Investimentos**

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Em empresas controladas Em empresas coligadas e outras	433.538 184.531	460.276 154.097	180.990	150.556
	618.069	614.373	180.990	150.556

A composição dos saldos dos investimentos em empresas controladas, coligadas e outras, podem ser assim demonstradas:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Empresas controladas		
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	2.649	2.739
Energen Energias Renováveis S.A.	1.740	11.023
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	1.440	3.127
Esmeralda S.A.	30.045	35.681
Macaúbas Energética S.A.	41.807	39.856
Moinho S.A.	42.284	43.585
Monel Monjolinho Energética S.A.	112.690	118.519
Novo Horizonte Energética S.A.	43.508	39.410
Santa Laura S.A.	26.902	29.105
Santa Rosa S.A.	52.687	62.649
Seabra Energética S.A.	43.752	39.654
	399.504	425.348
Ágio na aquisição de investimentos	39.609	40.770
Lucros não realizados na controladora	(5.575)	(5.842)
Total dos investimentos em controlada	433.538	460.276
Empresas coligadas		
Goiás Transmissão S.A.	81.244	70.543
MGE Transmissão S.A.	73.496	55.369
Passos Maia Energética S.A.	25.595	23.989
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	655	655
	180.990	150.556
Ágio - direito de concessão	3.541	3.541
Total dos investimentos em coligadas	184.531	154.097
Total dos investimentos	618.069	614.373

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

### (a) As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2014	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas						
Energen - Energias Renováveis S.A.	95	155.134	156.857	(1.723)	(11.435)	(10.863)
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	100	9.816	8.376	1.440	1.188	1.188
Esmeralda S.A.	99,99	62.647	32.602	30.045	6.038	6.049
Macaúbas Energética S.A.	99,99	162.167	122.176	39.991	2.011	2.011
Moinho S.A.	99,99	98.408	56.750	41.658	(1.284)	(1.216)
Monel Monjolinho Energética S.A.	99,99	336.458	223.769	112.689	913	1.005
Novo Horizonte Energética S.A.	99,99	140.767	99.327	41.440	5.128	5.128
Santa Laura S.A.	99,99	56.610	29.708	26.902	1.302	1.318
Santa Rosa S.A.	99,99	125.661	72.974	52.687	1.808	1.888
Seabra Energética S.A.	99,99	140.277	98.067	42.210	5.351	5.351
Participação nos lucros de controladas						11.859
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	100	69.362	87.436	(18.074)	(11.827)	(11.827)
Participação nas perdas em controladas			,			(11.827)
Empresas coligadas						
BBE Bioenergia S.A.	12,5					
Goiás Transmissão S.A.	25,5	790.666	333.266	457.400	(278)	7.000
MGE Transmissão S.A.	25,5	492.138	153.963	338.175	64.690	3.110
Passos Maia Energética S.A.	50	137.272	80.875	56.397	4.208	2.104
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	20	5.620	3.971	1.649		
Participação nos lucros de coligadas		J	0 3,	.,		12.214
Participação total nos lucros de coligadas e controladas						12.246

O patrimônio líquido contábil da Monel Monjolinho Energética S.A., Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e Moinho Energética S.A. em 31 de dezembro de 2014 foi ajustado, para fins de cálculo da equivalência patrimonial, pelo montante dos lucros não realizados decorrentes de operações realizadas entre a Companhia e as referidas controladas de R\$ 2.155, R\$ 153, R\$ 231, R\$ 1.475 e R\$ 1.561 (2013 – R\$ 2.247, R\$ 165, R\$ 247, R\$ 1.555 e R\$ 1.629), respectivamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

A movimentação das provisões para perda em investimentos pode ser assim demonstrado:

	Controladora
Provisão para perda Enercasa	6.247
Em 31 de dezembro de 2013	6.247
Provisão para perda Enercasa	11.827
Provisão para perda Energen	1.637
Em 31 de dezembro de 2014	19.711

A movimentação dos investimentos no semestre pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
	2013	2013
No inicio do exercício	582.934	108.789
Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital	50.516	50.516
Participação nos lucros de controladas	13.288	
Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto	1.306	1.306
Dividendos	(30.704)	(10.649)
Reversão dividendos MGE e GOIAS	777	777
JSCP Monel Monjolinho Energética S.A.	(2.067)	
Amortização de ágio	(1.150)	
Amortização de juros capitalizados	(527)	(183)
	614.373	150.556
	0 . 1 1	G 11.1
	Controladora	Consolidado
	Controladora 2014	Consolidado 2014
No inicio do exercício	2014	2014
	<b>2014</b> 614.373	<b>2014</b> 150.556
Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital	614.373 18.717	2014
Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital Participação nos lucros de controladas	614.373 18.717 13.496	2014 150.556 18.717
Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital Participação nos lucros de controladas Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto	614.373 18.717 13.496 12.214	2014 150.556 18.717 12.214
Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital Participação nos lucros de controladas Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto Dividendos	614.373 18.717 13.496 12.214 (39.233)	2014 150.556 18.717
Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital Participação nos lucros de controladas Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto Dividendos Amortização de ágio	614.373 18.717 13.496 12.214 (39.233) (1.150)	150.556 18.717 12.214 (500)
Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital Participação nos lucros de controladas Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto Dividendos	614.373 18.717 13.496 12.214 (39.233)	2014 150.556 18.717 12.214
Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital Participação nos lucros de controladas Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto Dividendos Amortização de ágio	614.373 18.717 13.496 12.214 (39.233) (1.150)	150.556 18.717 12.214 (500)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

### 9 Imobilizado

				Consolidado
	Em 31 de dezembro de 2014			Em 31 de dezembro de 2013
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Usinas e outros				
Terrenos	14.862	(2.924)	11.938	16.903
Terrenos - depósitos judiciais (i)	1.003		1.003	976
Reservatório, barragens e adutoras	443.660	(94.139)	349.521	362.289
Edificações, obras civis e benfeitorias	38.147	(8.011)	30.136	31.460
Máquinas e equipamentos	770.712	(107.205)	663.507	697.763
Material em depósito e outros	2.621	(90)	2.531	1.799
Móveis e utensílios	691	(292)	399	439
Equipamentos de informática e outros	1.072	(669)	403	408
Outros	417	(141)	276	315
Sistemas de conexão				
Terrenos	424		424	424
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.302	(140)	1.162	1.149
Máquinas e equipamentos	79.530	(11.377)	68.153	69.209
Imobilizado em curso, servidões e outros				119
Imobilizado em andamento	12.951		12.951	11.378
	1.367.392	(224.988)	1.142.404	1.194.631

(i) A linha de "Terrenos - depósitos judiciais" está representada pelo montante depositado em juízo decorrente de ações em curso motivadas por problemas de discordância dos valores provenientes da desapropriação das áreas necessárias à implantação das usinas (Santa Laura, Santa Rosa, Monel e Moinho), como aprovadas pela ANEEL (declaração de utilidade pública para fins de desapropriação). Os consultores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam como prováveis as chances de êxito nessas questões.

O saldo do ativo Imobilizado da Controladora totaliza R\$ 464 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 501 em 31 de dezembro de 2013). A depreciação reconhecida no resultado do período de 2014 foi R\$ 72, (R\$ 79 em 31 de dezembro de 2013).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

					Consolidado
	Usinas e outros	Sistema de conexão	Adiantamentos a fornecedores	Obras em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2013	1.216.982	74.064	765	7.904	1.299.715
Adições	1.082		1.892	1,533	4.507
Amortização de encargos financeiros capitalizados	(528)		,		(528)
Transferência entre contas	(641)	501	(1.955)	2.095	
Depreciação	(56.004)	(3.482)			(59.486)
Baixas	(48.540)	(182)	(702)	(153)	(49.577)
Em 31 de dezembro de 2013	1.112.351	70.901		11.379	1.194.631
Adições	1.444			6.911	8.355
Amortização de encargos financeiros capitalizados	(344)				(344)
Transferência entre contas	3.183	1.938		(5.121)	311
Depreciação	(51.519)	(3.088)			(54.607)
Baixas	(5.401)	(13)		(217)	(5.631)
Em 31 de dezembro de 2014	1.059.714	69.738		12.952	1.142.404
As taxas anuais de depreciação	o de bens do imo	bilizado são:			%
			<u> </u>	Taxa médi	a ponderada
Usinas e outros Reservatório, barragens e adur Edificações, obras civis e benfo Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Equipamentos informática e o	eitorias				4,23 3,99 4,31 6,25 14,29
<b>Sistemas de conexão</b> Edificações, obras civis e benfo Máquinas e equipamentos	eitorias				3,66 4,00

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

### 10 Intangível

A composição do intangível pode ser assim demonstrada:

			(	Controladora
			2014	2013
	Contratos com condição resolutiva	Outros contratos e demais custos	Total	Total
Estudos de viabilidade e ambiental				
UHE Riacho Seco (i)	3.350	6.186	9.536	10.257
UHE Torixoréu	2.500		2.500	2.500
UHE Itapiranga	1.100		1.100	1.100
Estudos de inventário				
Rio Itacaiunas				1.820
Projetos básicos e outros				
PCH Bonança (ii)	1.493	9	1.502	1.502
Outros		93	93	55_
	0			
	8.443	6.288	14.731	17.234

- (i) Gastos revisados e aprovados pela ANEEL em 2010, conforme Ofícios nos 243 e 453 de 2010.
- (ii) Projeto básico em fase final de aprovação, suportado por licença ambiental prévia e terras adquiridas na região do reservatório.

				Consolidado
			2014	2013
_	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Uso do Bem Público (UBP)	50.990	(10.316)	40.674	42.496
Ágio na aquisição de investimento (i) Estudos de viabilidade e ambiental, de	30.349		30.349	30.445
inventário, projetos e softwares (iii)	14.758	(27)	14.731	17.182
Direito de autorização (ii)	10.511		10.511	10.511
Licenças de operação	23.743	(12.819)	10.924	11.635
Contratos firmes	5.751	(3.451)	2.300	3.355
Outros	10.191	(3.470)	6.721	1.423
=	146.293	(30.083)	116.210	117.047

As taxas anuais de amortização do ativo intangível são:

	%
	Taxa média
Uso do Bem Público (UBP) Estudos de viabilidade ambiental, de inventários e projetos Licenças de operação Contratos firmes	3,57 indefinido 20 a 25 20

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

- (i) Saldo referente ágio de expectativa de rentabilidade futura sobre a controlada Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. O Grupo efetuou teste de *impairment* considerando fluxo de caixa descontado, não identificando redução de valor recuperável para este ativo;
- (ii) Se refere à *goodwill* das investidas Passos Maia Energética S.A. e Energen Energias Renováveis S.A (R\$ 3.971 e R\$ 6.971, respectivamente). Esses empreendimentos encontram-se operacionais, sem indicativos de *impairment*;
- (iii) Referente estudo de projetos em andamento, cuja movimentação pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2012	17.183	115.388
Adição de intangível Amortização ágio sobre contratos firmes	51	8.522 (1.150)
Amortização da UBP, licenças e outros		(5.713)
Em 31 de dezembro de 2013	17.234	117.047
	Controladora	Consolidado
	Controlation	Consonado
Em 31 de dezembro de 2013	17.234	117.047
Adição de intangível		117.047 9.712
Adição de intangível Amortização ágio sobre contratos firmes	17.234	117.047
Adição de intangível	17.234	117.047 9.712
Adição de intangível Amortização ágio sobre contratos firmes	17.234 50	117.047 9.712 (1.150)
Adição de intangível Amortização ágio sobre contratos firmes Baixa Intangível para perda	17.234 50 (1.820)	117.047 9.712 (1.150) (1.820)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

### 11 Partes relacionadas

## (a) Saldos decorrentes das vendas e/ou compras de produtos ou serviços

	C	Controladora		Consolidado
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Ativo circulante	de 2014	de 201 <u>3</u>	de 2014	de 201 <u>3</u>
Contas a receber				
UHE Cubatão S.A.	220	220	220	220
Enercasa Energia Caiuá S.A.		72		
Energen Energias Renováveis S.A		76		
Esmeralda S.A.	94	54		
Macaúbas Energética S.A.	62	57		
Moinho S.A.	267	259		
Monel Monjolinho Energética S.A.	288	135		
Novo Horizonte Energética S.A.	63	55		1=0
Passos Maia Energética S.A. Santa Laura S.A.	55 62	152 48	55	152
Santa Rosa S.A.	127	63		
Seabra Energética S.A.	69	5 <u>5</u>		
8	1.307	1.246	275	372
Dividendos a receber	<u> </u>	<u> </u>		
Energen S.A	890	890		
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	2.875			
Esmeralda S.A.	1.906	2.514		
Goiás Transmissão S.A	10.434	10.434	10.434	10.434
Moinho S.A.	176	176		
Monel Monjolinho Energética S.A.	217	1.756		
Novo Horizonte Energética S.A.	962	222	=00	222
Passos Maia Energética S.A Santa Laura S.A.	500	220	500	220
Santa Rosa S.A.	2.444 429	4.118 2.373		
Seabra Energética S.A.	1.203	2.3/3		
	22.036	22.481	10.934	10.654
Ativo não circulante - realizável a longo prazo				
Contas a receber				
Adami S.A. Madeiras	654	875	654	875
Água Quente Ltda.(vi)	884	884	884	884
Bom Retiro S.A.	703	703	703	703
Caldas Nova Transmissão	00 =00	25		25
Enercasa - Energia Caiuá S.A. (iii) Energen Energias Renováveis S.A (iii)	23.732	18.129		
Engevix Engenharia S.A. (i)	24.919 3.087	17.429 3.087	3.087	3.087
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	3.00/	300	3.00/	3.00/
FUNCEF (ii)	5.317	4.666	5.317	4.666
Jackson Empreendimentos Ltda. (ii)	2.444	15.701	2.444	15.701
JP Participações Ltda. (vi)	775	775	775	775
Macaúbas Energética S.A. (iii)	20.182	11.974		
Moinho S.A. (iii)	4.911	4.034		
Novo Horizonte Energética S.A. (iii)	9.809	4.014		
Seabra Energética S/A. (iii)	9.376	4.354	10=	100
UHE Cubatão S.A.	197	108	197	108
	106.990	87.058	14.061	26.824
Total do ativo	130.333	110.785	25.270	37.850

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Passivo circulante				
Fornecedores				
Engevix Engenharia S.A. (iv)			808	808
Partes relacionadas				
Engevix Engenharia S.A. (v)	2.752	3.848	2.752	3.848
Jackson Empreendimentos Ltda. (v)	2.209	3.515	2.209	3.515
Monel Monjolinho Energética S.A. (iii)		4.000		
Santa Rosa S.A. (iii)		6.253		
Statkraft (v)	130		130	
	5.091	17.616	5.091	7.363
Total do passivo	5.091	17.616	5.899	8.171

- (i) Valor referente ao ressarcimento pelo desenvolvimento do projeto Baixo Iguaçu, sem incidência de encargos financeiros.
- (ii) Valor devido pelos Controladores referente ao contrato de mutuo e valores pelo reembolso dos custos com a venda de participação acionária ocorrida no dia 8 de março de 2012. A redução dos valores da Jackson ocorreu devido à quitação parcial do saldo de partes relacionadas, conforme acordo assinado em 2014.
- (iii) Conta corrente entre a Controladora e as subsidiárias, sem incidência de encargos financeiros.
- (iv) Saldo em aberto dos serviços de empreitada integral para construção dos nossos empreendimentos de geração de energia elétrica.
- (v) Composto principalmente pelo saldo em aberto da cobrança de garantias e avais corporativos, dos contratos de financiamentos da companhia e suas subsidiarias, referente aos períodos de 2014.
- (vi) Saldos de mútuo decorrentes de cláusulas condicionantes do contrato de compra e venda de ações entre Desenvix, Agua Quente e JP Participações da controlada Energen.

### b) Vendas de produtos e serviços

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Resultado do exercício				
Receitas de prestação de serviços				
Enercasa Energia Caiuá S.A.		708		
Energen Energias Renováveis S.A	293	707		
Esmeralda S.A.	1127	417		
Macaúbas Energética S.A.	746	499		
Moinho S.A.	618	327		
Monel Monjolinho Energética S.A.	3455	1003		
Novo Horizonte Energética S.A.	756	456		
Passos Maia Energética S.A.	960	473	960	474
Santa Laura S.A.	743	384		
Santa Rosa S.A.	1519	533		
Seabra Energética S.A.	832	453		
	11.049	5.960	960	474

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

A Enex mantém contratos firmados de prestação de serviços de O&M gerenciamento das atividades operacionais com a Santa Laura, Santa Rosa, Esmeralda, Monel, Moinho, Passos Maia, Macaúbas, Seabra, Novo Horizonte, Enercasa e Energen, sendo os preços determinados considerando os custos internos.

A receita faturada (montante integral) pela empresa controlada Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., considerada como custo dos serviços de energia elétrica, para as PCHs, UHEs e UEEs, totalizou R\$ 7.932 em 2014 (R\$ 10.605 em 2013).

### (c) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração do pessoal chave da administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários totalizou R\$ 4.152 no período findo em 31 de dezembro de 2014 e (R\$ 5.081 no período findo em 31 de dezembro de 2013).

### 12 Financiamentos

	Controladora		Controladora			Consolidado
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013		
Financiamento de obras - BNDES (i) Financiamento de obras - BNB (ii) Financiamento de obras - CDB (iii) Debêntures (iv) Financiamento de capital de giro (v) Outros	124.675 18.166 26	99.800 74.462 43	342.140 259.414 114.105 124.675 18.166 102	374.334 265.840 108.630 99.800 74.462 188		
	142.867	174.30 <u>5</u>	858.602	923.254		
Passivo circulante	58.192	74.50 <u>5</u>	109.646	122.751		
Passivo não circulante	84.675	99.800	748.956	800.503		

A movimentação dos financiamentos pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2012 Captações	117.605 75.000	902.216 75.000
Pagamentos Encargos financeiros apropriados ao resultado Variação Monetária ativa	(31.974) 13.648	(135.969) 66.786 15.221
Outros	26	
Em 31 de dezembro de 2013	174.305	923.254

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2013	174.305	923.254
Captações Pagamentos Encargos financeiros apropriados ao resultado Variação Monetária ativa Outros	45.005 (101.480) 25.234 (197)	45.033 (199.670) 76.121 14.068 (204)
Em 31 de dezembro de 2014	142.867	858.602

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

### (i) Financiamentos para construção das usinas com o BNDES

			Co	nsolidado
Empresas	Vencimento	Encargos financeiros % a.a.	2014	2013
Monel Monjolinho Energética S.A.	Outubro de 2026	TJLP + 2,1	144.442	157.088
Santa Rosa S.A.	Fevereiro de 2023	TJLP + 3.8	59.648	67.012
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	Junho de 2025	TJLP + 2,5	50.639	50.629
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	44.562	47.813
Esmeralda S.A.	Abril de 2029	TJLP + 3,5	21.770	26.886
Santa Laura S.A.	Julho de 2020	TJLP + 3,5	21.079	24.906
			342.140	374.334

Em 2014, devido ao efeito exógeno do GSF (Generation Scalling Factor), ocorrido pela crise hidrológica brasileira, as condições restritivas referente índice de cobertura sobre o serviço da dívida (ICSD) dos contratos de financiamentos (covenants) com o BNDES não foram atendidas pelas SPE's Santa Rosa S.A., Moinho S.A., Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A. Obtivemos o waiver do BNDES em todos os casos de quebra.

# (ii) Financiamentos para construção das usinas com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB").

				Consolidado
Empresas	Vencimento	Encargos financeiros - % a.a.	2014	2013
Macaúbas Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	95.169	97.826
Novo Horizonte Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	82.547	84.133
Seabra Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	81.698	83.881
			259.414	265.840

O----1:1-1-

O contrato de financiamento de longo prazo do Complexo Eólico Desenvix Bahia tomado junto ao BNB, cuja taxa é pré-fixada, prevê bônus de adimplência de 25% sobre encargos financeiros. A incidência do referido bônus está condicionada ao pagamento das prestações de juros ou de principal e juros, até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

condicionantes de pagamento, os encargos financeiros pré-fixados passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a.

Todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) com o BNB vêm sendo atendidas.

### (iii) Financiamento de obras - China Development Bank (CDB)

O grupo possui em 31 de dezembro de 2014 o montante a vencer de R\$ 114.105 (R\$ 108.630 em 31 de dezembro de 2013) com o CDB.

A Energen celebrou contrato de financiamento no valor de US\$ 50.000 (R\$102.049) junto ao CDB, destinado à implantação da Central Geradora Eólica denominada EOL Barra dos Coqueiros. Os débitos do financiamento serão pagos em 29 parcelas semestrais e consecutivas, com juros equivalentes à LIBOR (USS 6 meses) acrescidos de 5,10% ao ano.

Juntamente com este contrato de financiamento foram também celebrados contratos de garantias envolvendo: (i) alienação fiduciária de ações da Energen detidas pela Desenvix e pela Água Quente; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) alienação fiduciária de ativos e equipamentos; e (iv) cessão condicional de contratos em garantia.

### (iv) Debêntures

### 1<sup>a</sup> Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única.

A Companhia emitiu 100 mil debêntures com valor nominal de R\$ 1 mil cada em 12 de dezembro de 2012, conforme instrução normativa da CVM nº 400 de 29 de dezembro de 2003. Os encargos financeiros estão sendo pagos semestralmente, sendo a primeira paga em 12 de junho de 2013 e a última será no vencimento das debêntures. O principal está sendo amortizado semestralmente, sendo a primeira paga em 12 de dezembro de 2014 e a última no dia do vencimento das debêntures. O vencimento das debêntures será em 12 de dezembro de 2016.

Em 30 de abril de 2014 os debenturistas reunidos em Assembleia deliberaram a favor do segundo aditamento à escritura publica da referida emissão, concedendo renúncia de cláusulas restritivas ("covenants"), além da alteração da remuneração que a partir de 01 de maio de 2014 passou a ser pela variação acumulada de 100% das taxas diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) acrescidas de um spread de 3,75% (2,80% até 30 de abril de 2014) de juros ao ano.

O contrato de debêntures vigente prevê o vencimento antecipado da obrigação total se uma série de exigências não forem atendidas, incluindo o não atingimento de alguns índices financeiros por três trimestres alternados. De acordo com o segundo aditamento à escritura, o início da leitura e atendimento a esses índices deve ocorrer a partir de 1º de abril de 2014. Os índices requeridos e o resultado obtido em 31 de dezembro de 2014 podem ser resumidos de acordo com a tabela a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

Descrição do índice:	Índice do contrato	Valor obtido
Dívida Total / Receita com Dividendos (Controladora)	Configura quebra de covenants se Índice: Maior do que 4,0x entre 1º de abril de 2014 e 31 de março de 2015, maior do que 3,5x entre 1º de abril de 2015 e 31 de dezembro de 2015, maior do que 3,0x entre 1º de janeiro de 2016 e 30 de junho de 2016 e maior do que 2,5x a partir de 1º de julho de 2016.	3,64x
Dívida total / Patrimônio liquida (Consolidado)	Configura quebra de covenants se Índice: Maior do que 1,45x.	1,25x
Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") (Consolidado)	Configura quebra de covenants se Índice: Menor do que 1,0x a partir de 1º de abril de 2014.	1,37x

Todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (covenants) vêm sendo atendidas.

### 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória e com Garantia Adicional Real sob Condição Suspensiva, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos.

A Companhia emitiu 45 debêntures com valor nominal de R\$ 1.000 cada em 09 de junho de 2014, conforme instrução normativa da CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009. A remuneração será pela variação acumulada de 100% das taxas diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) acrescidas de um spread de 2,85% de juros ao ano. Os encargos financeiros estão sendo pagos semestralmente, sendo a primeira paga em 26 de novembro de 2014 e a última será no vencimento das debêntures. O principal será amortizado em 4 parcelas anuais e consecutivas, vencendo a primeira em 16 de maio de 2016 e a última no dia do vencimento das debêntures. O vencimento das debêntures será em 26 de maio de 2019. As três primeiras amortizações de principal representarão individualmente 22,23% do valor nominal unitário e a quarta e última representará individualmente 33,31% do valor nominal unitário.

Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, das Debêntures: (a) os Controladores Jackson Empreendimentos S.A. e SN Power Brasil Investimentos Ltda, (sucedida pela Statkraft Investimentos Ltda.) prestarão garantia fidejussória, em favor dos debenturistas, obrigando-se como devedoras não solidárias e principais pagadoras de todos os valores devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, na proporção de 50% (cinquenta por cento) cada, até a final liquidação das Debêntures; e (b) serão cedidos fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes da distribuição de dividendos de determinadas sociedades em que a Companhia detém participação acionária e os direitos creditórios da Companhia decorrentes da titularidade de determinada conta vinculada, não movimentável pela Companhia, mantida junto a determinada instituição financeira, sendo que a cessão fiduciária em garantia dos direitos creditórios decorrentes da distribuição de dividendos será realizada sob condição suspensiva.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

### (v) Financiamentos de capital de giro

A Companhia possui contrato de capital de giro com o Banco do Brasil com as seguintes características: (i) contrato no valor de R\$ 20.000 firmado em 14 de novembro de 2013, com pagamento dos encargos financeiros em 24 parcelas mensais, sendo o principal amortizado em 12 parcelas, vencendo a primeira no dia 13 dezembro de 2014 e a ultima em 13 de novembro de 2015. Em garantia para a operação foi oferecido o aval da Engevix Engenharia S.A. no montante total da dívida.

### 13 Concessões a pagar

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 64.493 (R\$ 63.038 em 31 de dezembro de 2013) está representado pela obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.), ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50%. A correspondente obrigação será paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

A UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.) foi arrematada no leilão promovido pela ANEEL em setembro de 2001, sendo o correspondente contrato de concessão firmado em abril de 2002 e tendo a empresa entrado em operação em setembro de 2009. O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a empresa pagará à União, da data de início da operação comercial da primeira unidade hidrogeradora até o final da concessão, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 2.400 (R\$ 72.000 pelo prazo da concessão após o início das operações), atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, tendo como base o índice relativo ao mês anterior à data do leilão. Ao final do prazo de concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

### 14 Impostos e contribuições

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
IOF a recolher Tributos retidos na fonte (ISSQN,	11.917	9.671	11.917	9.671
IRRF, INSS, CSLL e outros)	25	39	584	2.547
COFINS a pagar		157	2.544	2.136
Taxas e contribuições ANEEL			597	746
PIS a pagar		34	552	463
	11.942	9.901	16.194	15.563
Passivo circulante	11.942	9.901	15.343	14.822
Passivo não circulante			851	741

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

### 15 Outros passivos

	Controladora			Consolidado
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Provisão para Contingência	1.285	1.600	1.793	2.074
Provisão ambiental (i)			23.225	17.331
Proprietários de áreas	1.905	1.905	3.176	3.302
Provisões pré-operacionais (ii)			5.750	9.293
Devolução Energia _ CCEE			5.772	5.266
Outros credores diversos	8	3	983	1.938
	3.198	3.508	40.699	39.204
Passivo circulante	1.913	1.908	16.229	17.814
Passivo não circulante	1.285	1.600	24.470	21.390

- (i) É uma autorização emitida pelo órgão licenciador ambiental que atesta que o empreendimento está em conformidade com a legislação ambiental, estando apto a ser implantado ou operar.
- (ii) Valores provisionados na fase de implantação da usina são classificados no ativo imobilizado em curso.

### 16 Provisão para contrato de energia

Ao final do ano de 2012, a Enercasa reconheceu em seu resultado despesas no valor de R\$ 11.000, como multa pela não entrega da energia contratada, em função da recuperação judicial da usina Pau d'alho que por sua vez não forneceu o bagaço da cana, insumo queima e geração de vapor para funcionamento da planta da Enercasa. A ANEEL, conforme os termos do despacho 1.516, de 14 de maio de 2013, afastou, em juízo preliminar, a aplicação de multa referente ao não fornecimento da energia contratada para o ano de 2012. Bem como, determinou à CCEE — Câmara de Comércio de Energia Elétrica a retenção da receita fixa da Enercasa, a partir de fevereiro de 2013 (competência janeiro de 2013).

Conforme 3ª. Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, realizada no dia 04 de fevereiro de 2014, na qual foi aprovada a proposta de uniformização da cláusula 14 dos CERs (Contrato de Energia Reserva) conforme Resolução Normativa ANEEL nº 600, de 4 de fevereiro de 2014, referente a uniformização dos critérios de cálculo das penalidades pela não entrega da energia contratada. A partir desta, a Companhia vem constituindo provisão para penalidade de 15% referente à energia não entregue nos exercícios de 2012 e 2013, no montante de R\$ 7.425.

Para o exercício de 2014 a companhia está provisionando penalidade mensalmente tendo contabilizado R\$ 4.363 até dezembro 2014. Considerando os exercícios de 2012, 2013 e 2014, a penalidade total é de R\$ 11.788.

Tendo em vista o indeferimento da ANEEL ao pedido de mérito de força maior, conforme despacho nº1. 717 de 3 de junho de 2014, a ENERCASA ajuizou ação judicial que tem por objeto reconhecer a ocorrência de evento de força maior e caso fortuito no âmbito do contrato de energia de reserva – CER, relativamente aos problemas enfrentados pela Enercasa pelo não fornecimento do combustível para geração. Caso reconhecidas as excludentes de responsabilidade, as obrigações da ENERCASA no CER

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

ficariam suspensas durante o período coberto pelo caso fortuito ou força maior, sem a imposição de penalidades (Cláusula 13 do CER).

Foi concedida liminar no dia 21.07.2014 a favor da Enercasa, suspendendo dessa forma o pagamento das penalidades até o julgamento do mérito.

### 17 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Os Acionistas da Desenvix, reunidos em Assembleia Extraordinária no dia 11 de dezembro de 2013 aprovaram o aumento de capital da Desenvix em R\$ 60.000 já totalmente integralizados.

O capital social da Companhia subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2014, está representado por 117.001.722 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

### (b) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é constituído pelo ajuste a valor justo dos investimentos sem influência significativa nas Companhias Dona Francisca Energética S.A. e Companhia Energética Rio das Antas, vide Nota 28.

### 18 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Receita Bruta Fornecimento de energia elétrica			190.917	200.359
Serviços prestados	11.049	7.866	35.823	29.358
Impostos incidentes sobre receita Prestação de serviços Fornecimento de energia elétrica			(4.468) (8.014)	(3.442) (14.935)
Receita operacional líquida	11.049	7.866	214.258	211.340

O Brasil vem passando por um período hidrologicamente crítico que levou os reservatórios a níveis de armazenamento historicamente baixos, desta forma reduzindo a participação das usinas hidrelétricas no atendimento da demanda, e consequentemente aumentando o uso de termelétricas.

As afluências no último período chuvoso (nov/2013-abr/2014) foram significativamente abaixo da média histórica para o mesmo período, o que impediu uma recuperação dos reservatórios na região Sudeste, prejudicando a produção hidrelétrica ao longo de 2014, que encerra o Período Seco somente com 16% de armazenamento em reservatórios.

No âmbito comercial, o gerador hidrelétrico participante do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) é penalizado, pois quando a geração hidrelétrica verificada total do sistema é inferior à garantia física sazonalizada do sistema, o lastro comercial dos agentes é reduzido na proporção do déficit, por meio do fator de ajuste chamado GSF, podendo expor o agente de geração ao mercado de curto prazo, onde este deverá adquirir energia a preços geralmente maiores que o de seus contratos, uma vez que o

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) refletirá o custo de operação de termelétricas no atendimento do sistema.

Uma vez que os efeitos do déficit do sistema do MRE ocorreram durante o ano de 2014, e que todos os participantes deste ambiente deverão compartilhar esta deficiência de geração (e financeira) na proporção em que participam do sistema, é necessário que tal dispêndio seja considerado no mesmo período origem da obrigação – período da deficiência do sistema – 2014.

Devido a defasagem de tempo para mensuração precisa dos valores dos efeitos do GSF/MRE, o grupo adotou até 2013 metodologia de contabilização dos efeitos desta natureza por caixa, e adicionalmente efetuou acompanhamento da evolução dos efeitos positivos e negativos do sistema do MRE. Devido aos eventos ocorridos em 2014, tais efeitos passaram a ser materiais, o que impactou no método de contabilização por competência, gerando redução da receita bruta de geração de energia do grupo na ordem de R\$ 40.000.

Aquém da crise hidrológica e do impacto negativo para os participantes do ambiente do MRE, as hidrelétricas do grupo, em sua maioria localizadas no sul do Brasil, tiveram gerações com um ótimo índice de fator de capacidade. Contudo, devido ao ajuste do ambiente MRE, essa eficiência não é transparecida na receita bruta.

Ainda com relação a receita de energia, é importante ressaltar o ótimo desempenho do Parque Eólico da Bahia, que de acordo com o relatório do ONS de dezembro/2014 foi o parque conectado à rede básica que operou integralmente em 2014 com um dos melhores desempenhos no fator de capacidade, ou seja, com a melhor eficiência de geração com relação a Potência Instalada, impactando assim a receita bruta de geração de energia positivamente em R\$ 18.533.

### 19 Custos e despesas por natureza

		Controladora
	2014	2013
Despesas com pessoal Remuneração dos administradores	(4.627) (4.152)	(5.716) (5.081)
Bônus e participação nos Resultados	(1.637)	
Serviços de terceiros	(2.972)	(6.944)
Viagens e estadias	(825)	(1.287)
Aluguel	(308)	(658)
Impostos e taxas	(18)	(236)
Depreciação e amortização	(89)	(79)
Propaganda e publicidade	(943)	(938)
Estudos em desenvolvimento	(3.326)	(2.211)
Outros	763	(2.401)
	(18.134)	(25.551)

Em linha com o plano de ação para melhor utilização dos recursos traçado pela administração para 2014 ocorreram reduções significativas nas linhas de despesas com pessoal, remuneração dos administradores, serviços de terceiros e estudos em desenvolvimento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

		Consolidado
_	2014	2013
Despesas com pessoal	(32.303)	(30.260)
Remuneração dos administradores	(4.152)	(5.081)
Participação nos Resultados	(2.172)	
Serviços de terceiros	(15.348)	(18.411)
Viagens e estadias	(1.911)	(2.212)
Aluguel	(2.267)	(2.830)
Impostos e taxas	(143)	(409)
Encargos setoriais	(12.903)	(12.285)
Depreciação e amortização	(61.470)	(65.199)
Propaganda e publicidade	(2.641)	(2.094)
Seguros fianças e comissões	(1.507)	(1.603)
Compra de energia	(361)	(206)
Reversão de provisão para compra de energia	957	
Estudos em desenvolvimento	(3.326)	(2.211)
Provisão para perda em contrato de energia	(5.267)	2.453
Outros	(1.332)	(5.808)
	(146.146)	(146.156)

O mesmo plano de ação utilizado para controladora também foi aplicado para as controladas do grupo, o que também justifica reduções relevantes identificadas nas mesmas linhas da controladora, exceto com relação às despesas com pessoal, qual houve um acréscimo no consolidado devido ao incremento de número de contratos de prestação de serviços de O&M mantidos pela subsidiária Enex, qual possui como seu principal custo gastos com folha de pagamento, em linha com o acréscimo da sua receita.

### 20 Resultado financeiro

_		Controladora		Consolidado
<del>-</del>	2014	2013	2014	2013
Juros de financiamentos Cartas de fiança bancária	(25.234) (3.789)	(13.648) (2.120)	(76.121) (6.741)	(66.786) (5.236)
IOF, multas e juros sobre tributos Variações cambiais passivas Concessões a pagar	(2.954)	(1.909)	(3.183) (26.407) (9.144)	(2.004) (27.717) (8.893)
Outras despesas financeiras	(3.270) (35.247)	(18.063) (35.740)	(5.006) (126.602)	(21.029) (131.665)
Rendimentos de aplicações financeiras Variações monetárias ativas	1.560 4.877 6.437	2.786 1.138 3.924	5.974 20.548 26.522	5.579 13.633 19.212
=	(28.810)	(31.816)	(100.080)	(112.453)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

### 21 Imposto de renda e contribuição social

### (a) Do período

A Companhia, assim como as suas controladas Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. Enercasa Energia Caiua S.A., Energen Energias Renováveis S.A., optaram pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável. Os encargos de IRPJ e CSLL nos períodos findos em 31 de dezembro podem ser assim demonstrados:

		Consolidado
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Imposto de renda e contribuição social		_
Corrente	(7.779)	(10.276)
Diferido	3.895	19.276
	(3.884)	9.000

Os encargos de IRPJ e da CSLL correntes, por regime de apuração, nos períodos findos em 31 de dezembro, podem ser assim demonstrados:

		Consolidado
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Regime de apuração	<u> </u>	
Lucro real		
Imposto de renda	(424)	(5.695)
Contribuição social	(161)	(2.096)
	(585)	(7.791)
Lucro presumido		
Imposto de renda	(4.796)	(1.605)
Contribuição social	(2.398)	(880)
	(7.194)	(2.485)
Total do encargo no exercício	(7.779)	(10.276)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

# (b) Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente

		Consolidado
	31 de	31 de
	dezembro	dezembro
	de 2014	de 201 <u>3</u>
Prejuízo antes dos tributos	(15.644)	(41.490)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social e das		
participações societárias na controladora e controladas, as quais		
apresentaram prejuízo fiscal no período.	66.195	87.659
Lucro não realizado em operações realizadas entre a controladora e		
as controladas, sem contribuição dos tributos diferidos	(268)	268
Resultado de participações societárias	(17.346)	1.307
	32.937	<u>47.744</u>
Alíquota nominal combinada do IR e CS %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(11.199)	16.233
Diferença de encargo do imposto de renda e da contribuição	( , ),,	00
social de empresas controladas calculados observando a		
sistemática de lucro presumido à alíquotas e bases diferenciadas	3.418	
Resultado com tributos diferidos sobre prejuízo fiscal devido à mudança		(4
de tributação	2.753	(6.923)
Outros tributos diferidos contabilizados no período	1.144	(310)
Encargo no resultado do período	(3.884)	9.000
<u>-</u>		

	Controladora		Consolid	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Em 31 de dezembro de 2013		(1.648)	23.768	(5.561)
Tributos diferidos sobre Provisões temporárias e prejuízos fiscais	107	250	1.925	324
Proveniente de combinação de negócios (Ágio) Sobre variação cambial		385	7.783	385 (3.944)
Avaliação a valor justo Baixa Ativo Diferido-alteração tributação		1.013	(2.763)	1.013
Em 31 de dezembro de 2014	107	(0)	30.713	(7.783)

_	Consolidado Ativo fiscal diferido	
2015	181	(i)
2016	(795)	
2017	(517)	
2018	32	
2019	63	
Após 2019	23.966	(ii)
<u> </u>	22.930	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

- (i) Em 2015 a administração tem como expectivativa apenas a realização do saldo diferido referente ações trabalhistas provisionadas da empresa Enex; Para os anos entre 2015 e 2018 espera-se que parte do ativo diferido das controladas Macaúbas e Energen seja realizado com a relização de lucros nos períodos; e
- (ii) Espera-se que após 2018 sejam realizados o saldo remanescente de prejuízo fiscal das companhias citadas no item (ii), a variação cambial do financiamento com o CDB (China Development Bank) mantida pela controlada Energen em dólares americanos, e ainda, a realização das diferenças temporárias entre a taxa de depreciação regulatória (ANEEL) e societária (CPC 27).

### 22 Seguros e garantias

### (a) Cartas de fiança bancária e garantias

A Companhia contratou carta de fiança bancária com BNDES em garantia de financiamento tomado pela subsidiária MGE, com valor afiançado de R\$ 30.371. Em 31 de dezembro de 2014 correspondente a esta fiança bancária era de R\$ 27.782.

### (b) Seguros de Responsabilidade dos Administradores (D&O Directors and Officers)

A Companhia é co-segurada na apólice detida pelo acionista Jackson Empreendimentos S.A. com vigência até 31 de março de 2015 para fazer frente a eventuais reclamações ou questionamentos sobre atos de gestão dos seus administradores.

### (c) Seguros de riscos operacionais

A companhia também possui seguro contratado para Riscos Operacionais para suas usinas, visando a cobertura para eventuais danos materiais e lucros cessantes, com valores em risco e limites de indenização adequados a continuidade de suas operações.

### (d) Seguro de responsabilidade civil

Adicionalmente a companhia possui seguro de responsabilidade civil para suas usinas.

### (f) Fiança Corporativa de Controladores

Conforme deliberação do Conselho de Administração, reunido no dia 27 de junho de 2012, ficou autorizado o pagamento por parte da Desenvix a Jackson/Engevix uma taxa pelas fianças e garantias prestadas. Pela proposta será pago 1,0% ao ano para fiança bancária e 0,5% para seguro garantia prestado, a ser pago pela Desenvix no final de cada ano fiscal. O valor total garantido pela Jackson/Engevix é de R\$ 256.556. O valor provisionado a pagar em 2014 referente essas fianças e garantias é de R\$ 3.473 na controladora.

### 23 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas não possuem operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

### 23.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

### (a) Risco de mercado

### (i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo Desenvix possuí passivo denominado em moeda estrangeira, referente ao endividamento tomado pela subsidiária Energen Energias Renováveis S.A., (Nota 12(iii)), existindo, assim, exposição a esse risco.

O risco associado a esta natureza é proveniente das oscilações do preço do dólar frente à moeda funcional utilizada pela Desenvix (real).

### Risco cambial

				Consolidado
	31 de de	zembro de 2014	31 de de	zembro de 2013
	Em reais	Em dólares	Em reais	Em dólares
China Development Bank (CDB)	114.105	43.122	108.630	46.576

Com relação ao risco cambial sobre a linha de financiamento acima a administração monitora constantemente a evolução das taxas de câmbio, avaliando a necessidade de tomada de ação para proteção sobre as variações.

# (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

### (b) Risco de liquidez

O risco de liquidez e o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

_	Controladora			Consolida			solidado
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014							
Fornecedores	1.669			35.771			
Financiamentos	58.192	100.873	29.202	152.853	275.804	203.411	911.653
Partes relacionadas	5.091			5.091			
Contas a pagar por aquisição							
de terras	1.905			3.176			
Concessões a pagar				6.791	14.642	16.085	225.327
Em 31 de dezembro de							
2013							
Fornecedores	2.603			33.260			
Financiamentos	57.792	133.710	22.103	77.982	269.224	191.981	967.845
Partes relacionadas	17.616			7.363			
Contas a pagar por aquisição							
de terras	1.905			3.301			
Concessões a pagar				6.500	14.147	15.555	236.715

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

### (c) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de financiamento firmados com o BNDES, CDB, BNB e Debentures (nota 12), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

### (d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, demonstramos, a seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

### (i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas abaixo e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apuramos o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as demonstrações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Banco BTG Pactual S.A., na data de 31 de dezembro de 2014, para cada uma das variáveis indicadas. As taxas de juros estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN), na data de 31 de dezembro de 2014. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2015.

### (ii) Fator de risco para mudança na taxa de juros (consolidado)

	Variações adicionais no saldo contábil (*)							
	Fator de risco	Valores expostos em 31 de dezembro de 2014	Valores expostos em 31 de dezembro de 2013	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Empréstimos e								
financiamentos Aplicações financeiras Aplicação financeira	CDI CDI	(142.867) 2.035	(174.305) 6.757	(1.982) 28	(2.973) 42	(3.964) 56	(4.955) 71	(5.947) 85
restrita	CDI	51.170	52.119	710	1.065	1.420	1.775	2.130
Impacto líquido	CDI	(89.662)	(115.429)	(1.244)	(1.866)	(2.488)	(3.109)	(3.732)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(342.140)	(374.334)	(2.305)	(3.458)	(4.610)	(5.763)	(6.916)
Empréstimos e financiamentos	Libor	(114.105)	(108.630)	(1.583)	(2.375)	(102)	(3.958)	(4.749)
Taxas consideradas - % ao ano Taxas consideradas - %	CDI	11,57%	9,77%	5,79%	8,68%	11,57%	14,46%	17,36%
ao ano	TJLP	5,50%	5,00%	2,75%	4,13%	5,50%	6,88%	8,25%
Taxas consideradas - % ao ano	Libor	0,36%		0,18%	0,27%	0,36%	0,45%	0,54%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

### (iii) Fator de risco para mudanca na taxa de câmbio (consolidado)

	Fator de risco	Valores expostos em 31 de dezembro de 2014	Valores expostos em 31 de dezembro de 2013	-50%	Variaçõe -25%	cs adicionais  Cenário provável	no saldo co 25%	ntábil (*) 50%
Empréstimos e financiamentos Variacões	Dólar	(114.105)	(108.630)	31.311	14.752	(10.086)	(41.134)	(72.182)
consideradas - R\$/US\$	Dólar	2.65	2,34	1,92	2,30	2.88	3.60	4,32

<sup>(\*)</sup> As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2015.

### (e) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, concessões a pagar e partes relacionadas pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo dos ativos e passivos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas especificas da companhia. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um ativo ou passivo forem adotadas pelo mercado, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 2.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (iii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iv) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014

Zim ji de dezembro de 2014			Consolidado
	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo Aplicações financeiras restritas Ativos financeiros disponíveis para venda	51.170		51.170
Investimentos Ceran e Dfesa		63.698	63.698
Total do ativo	51.170	63.698	114.868

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2013			Consolidado
Ativo	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo Aplicações financeiras restritas Ativos financeiros disponíveis para venda	52.119		52.119
Investimentos Ceran e Dfesa		66.677	66.677
Total do ativo	52.119	66.677	118.796

A Companhia possui investimentos na Companhia Energética Rio das Antas de 5% e Dona Francisca Energética S.A. em 2,12% sem influência significativa registrados a valor justo nos respectivos montantes de R\$ 53.477 mil e R\$ 10.221 mil. A companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à necessidade de autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar em valores diferentes dos atuais registrados.

### (f) Instrumentos financeiros por categoria

Instrumentos financeiros poi	r categoria			
-	<b>Ati</b> -vaa a <b>m</b> aaai-vaa		•	Consolidado
	Ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2014	• 1			
Ativos, conforme o balanço patrimon	ial	20 = 4.4		00 = 44
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes		23.744 53.766		23.744 53.766
Partes relacionadas		53.700 14.061		14.061
Outros ativos		4.039		4.039
Aplicação financeira restrita	51.170	4.039		51.170
Investimentos Ceran e Dfesa	0211/0		63.698	63.698
Propriedades para investimento	25.237		0 )	25.237
•	76.407	95.610	63.698	235.715
				Consolidado
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2013 Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa		28.803		28.803
Contas a receber de clientes		24.177		24.177
Partes relacionadas		26.824		26.824
Outros ativos		8.442		8.442
Aplicação financeira restrita	52.119			52.119
Investimentos CERAN e DFESA	_		66.677	66.677
Propriedades para investimento	25.208			25.208
	77.327	88.246	66.677	232.250

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

	Consolidado
31 de dezembro de 2014	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Fornecedores	35.771
Financiamentos	858.602
Partes relacionadas	5.091
Contas a pagar por aquisição de terras	3.176
Concessão a pagar	64.493
	967.133
<b>31 de dezembro de 2013</b> Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Fornecedores	33.260
Financiamentos	923.254
Partes relacionadas	7.363
Contas a pagar por aquisição de terras	3.302
Concessão a pagar	63.038
• 0	1.030.217

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* podem ser avaliadas mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	c	ontroladora		Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Contas a receber Contrapartes com classificação externa de crédito (*)				
AA+ A+ AAA			1.276 1.822 323	826
AA A			302 545	1.323
AA- A-				1.008 7.287
BBB+ BB+			7.652 1.462	2.048
			13.382	12.492
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 1 Grupo 2 Grupo 3	1.087	1.026	20 38.675 1.689	19.700
Partes relacionadas	1.087	1.026	40.384	19.700
Grupo 2	106.990	87.058	14.061	26.824
Total de contas a receber e partes relacionadas	108.077	88.084	67.827	59.016

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira AAA AA BBB+ **BBB** 62.716 3.225 BBB-155 63.740 BBB (2) 11.172 13.202 11.172 13.202 BB+5.004 11.329 16.427 74.914 80.922

- . Grupo 1 novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses) não aplicável.
- . Grupo 2 clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.
- Grupo 3 clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado. Todas as inadimplências foram totalmente recuperadas não aplicável.
- (\*) Conforme rating da agência de classificação Standard & Poor's exceto pelo rating BBB (2) que foi obtido pela agência de classificação Fitch Ratings.

### 24 Outros riscos operacionais

### (a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo poder concedente.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

# (b) Risco de não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, sem nenhum pagamento pelo uso do bem público (Nota 1). Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

### 25 Contingências

A companhia e suas controladas possuem contingências com risco provável de desembolso futuro cujos valores encontram-se provisionados conforme apresentado na Nota 15. Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados nesta nota explicativa, conforme quadro abaixo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

		Controladora
	31.12.2014	31.12.2013
	Risco possível	Risco possível
Cível	200	17.230
Trabalhista		660
	200	17.890
		Consolidado
	31.12.2014	31.12.2013
	Risco possível	Risco possível
Cível	2.012	18.779
Trabalhista		695
Administrativo	454	249
	2.466	19.723

As contribuições previdenciárias e demais encargos sociais e os tributos incidentes sobre as receitas e outros, bem como as declarações de rendimentos da Companhia e de suas empresas controladas, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

A Companhia e suas empresas controladas estão sujeitas a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais, relativas ao meio ambiente, adotando como política o adequado cumprimento das mesmas. Dessa forma, a administração não prevê custos de reparação ou de multas de qualquer natureza.

As licenças de operação indicam determinadas condições e restrições quanto a questões relacionadas ao meio ambiente que estão sendo observadas e atendidas pela Companhia e suas empresas controladas.

# 26 Resultado por ação lucro básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, ou prejuízo, disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

		Consolidado
	2014	2013
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	(18.956) 117.002	(31.654) 117.002
Lucro por ação	(0,16)	(0,27)

Ações em circulação, conforme normas aplicáveis se referem ao total de ações emitidas pela Companhia excluídas aquelas mantidas em tesouraria, quando aplicável.

### 27 Propriedades para investimentos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

A Companhia, com o objetivo de viabilizar a obtenção junto a ANEEL das autorizações ou outorgas para implantação futura de PCHs, para as quais vem desenvolvendo estudos de inventário e projeto básico está adquirindo antecipadamente terras nas proximidades de onde serão construídas as futuras PCHs (área a ser atingida pelo reservatório), sendo esta uma das condições para seleção e hierarquização dos interessados, no montante de R\$ 25.237.

Os montantes contabilizados nesta rubrica incorreram nos últimos exercícios, e estão próximos dos seus valores justos na data destas demonstrações.

### 28 Investimentos em entidades ao valor justo

Nesta conta estão reconhecidos os investimentos sem influência significativa registrada a valor justo Companhia Energética Rio das Antas (participação no capital social de 5%) e Dona Francisca Energética S.A. (participação no capital social de 2,12%). Os valores das participações em 31 de dezembro de 2014 são respectivamente R\$ 53.477 e R\$ 10.221 (em 2013 R\$ 58.740 e R\$ 7.937).

### 29 Evento subsequente

No dia 13 de fevereiro de 2015, a Companhia norueguesa Statkraft, através de sua subsidiária brasileira, Statkraft Investimentos Ltda. firmou um acordo com a Jackson Empreendimentos S.A para adquirir a totalidade das ações detidas pelo Caixa FIP Cevix na empresa Desenvix. Desta forma a Statkraft passará a ser a acionista majoritária da Desenvix com 81,3% do total das ações.

O acordo está condicionado às aprovações necessárias por parte do terceiro acionista, a FUNCEF (Fundação dos Economiários Federais), com 18,7% do capital da Desenvix, bem como por instituições financiadoras e pelos órgãos competentes, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Statkraft e Jackson esperam concluir os acordos definitivos relacionados à transação nas próximas semanas e concluir a operação até o final do primeiro semestre de 2015.

\* \* \*